



Simulado Final

TJPI

**Analista Judiciário - Analista Judicial
e Oficial de Justiça e Avaliador
Pós-Edital**

Simulado Especial

Simulado Final TJ PI – Analista Judicial e Oficial de Justiça e Avaliador - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ PI;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-PI-03-09>

- | | | | |
|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E | 61 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E | 62 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E | 63 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E | 64 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E | 65 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E | 66 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E | 67 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E | 68 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E | 69 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E | 70 – A B C D E | 100 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E | 71 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E | 72 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E | 73 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E | 74 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E | 75 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E | 76 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E | 77 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E | 78 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E | 79 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E | 80 – A B C D E | |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E | 081 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E | 082 – A B C D E | |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E | 083 – A B C D E | |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E | 084 – A B C D E | |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E | 085 – A B C D E | |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E | 086 – A B C D E | |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E | 087 – A B C D E | |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E | 088 – A B C D E | |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E | 089 – A B C D E | |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E | 090 – A B C D E | |

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico. Nós que nele vivemos; não nos apercebemos bem disso, e até, ao contrário, o supomos muito pobre, pois a toda hora e a todo instante, estamos vendo o governo lamentar-se que não faz isto ou não faz aquilo por falta de verba.

Nas ruas da cidade, nas mais centrais até, andam pequenos vadios, a cursar a perigosa universidade da calariça das sarjetas, aos quais o governo não dá destino, o os mete num asilo, num colégio profissional qualquer, porque não tem verba, não tem dinheiro. É o Brasil rico...

Surgem epidemias pasmosas, a matar e a enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes.

Pede-se a construção de outros bem situados; e o governo responde que não pode fazer porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é um país rico.

Anualmente cerca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis. Todos observam o caso e perguntam:

-Se há tantas moças que desejam estudar, por que o governo não aumenta o número de escolas a elas destinadas?
O governo responde:

- Não aumento porque não tenho verba, não tenho dinheiro.

E o Brasil é um país rico, muito rico...
As notícias que chegam das nossas guarnições fronteiriças, são desoladoras. Não há quartéis; os regimentos de cavalaria não têm cavalos, etc; etc.

- Mas que faz o governo, raciocina Brás Bocó, que não constrói quartéis e não compra cavalhadas?
O doutor Xisto Beldroegas, funcionário respeitável do governo, acode logo:

- — Não há verba; o governo não tem dinheiro.

- — E o Brasil é um país rico; e tão rico é ele, que apesar de não cuidar dessas coisas que vim enumerando, vai dar trezentos contos para alguns latagões irem ao estrangeiro divertir-se com os jogos de bola como se fossem crianças de calças curtas, a brincar nos recreios dos colégios.

O Brasil é um país rico...

(Lima Barreto)

01. Ao dizer, ao longo do texto, que o Brasil é um país rico, o colunista emprega linguagem:

- a) científica.
- b) denotativa.
- c) paradoxal.
- d) eufemística.
- e) jornalística.

02. Na oração 'Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico.', o termo destacado exerce a função de:

- a) sujeito
- b) complemento nominal
- c) adjunto adverbial
- d) objeto direto
- e) predicativo do sujeito

03. Na oração 'Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico.', há um desvio gramatical, que é:

- a) um erro de concordância
- b) um erro que envolve a falta de preposição em virtude de relação de regência
- c) um erro de emprego do artigo indefinido.
- d) um erro no emprego do verbo 'haver'.
- e) o termo 'muito' está mal empregado.

04. Observe o período abaixo:

E o Brasil é um país rico; e tão rico é ele, que apesar de não cuidar dessas coisas que vim enumerando

O termo 'que' faz parte de uma estrutura com valor de:

- a) causa
- b) comparação
- c) concessão
- d) condição
- e) consequência

05. Sobre a leitura do texto, julgue as afirmações abaixo:

I. Embora Lima Barreto tenha vivido em outros tempos, seu retrato da sociedade brasileira daquela época segue, em partes, fiel à sociedade brasileira de 2021.

II. O autor cita como, apesar de ser, sem dúvida alguma, um país rico, o Brasil sofre com infraestrutura precária (poucos hospitais, "sarjetas", falta de "colégios profissionais"), no que o governo alega ser uma consequência da "falta de verba" - o que configura uma incoerência, como o Brasil pode sofrer com falta de verba se, ao mesmo tempo, também é um país rico?

III. É possível traçar um paralelo entre as epidemias citadas pelo autor do texto e os tempos atuais, em que vivenciamos mundialmente uma pandemia de proporções inéditas no âmbito da globalização.

- a) I e II estão corretas.
- b) Nenhuma está correta.
- c) Apenas a I está correta.
- d) Todas estão corretas.
- e) II e III estão corretas.

06. Surgem epidemias pasmosas, a matar e a enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes.

Quanto ao período acima, assinale a alternativa correta:

- a) O termo 'epidemias pasmosas' exerce a função de objeto direto.
- b) o termo 'a' – antes de 'matar' e 'enfermar' – pertence à classe dos pronomes.
- c) o verbo 'vêm', com o acento circunflexo, apresenta incorreção gramatical em virtude de o termo 'que' exercer a função de sujeito.
- d) O termo 'pasmosas' foi empregado no sentido de 'assombrosas'.
- e) O termo 'dos existentes' exerce a função de adjunto adverbial.

07. Anualmente cerca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis.

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O verbo 'procuram' poderia ser corretamente flexionado no singular: 'procura'.

II. A preposição 'para' apresenta valor semântico de **finalidade**.

III. Poderia ser inserida uma vírgula após o termo 'Anualmente'.

Apresenta(m) informações gramaticalmente correta:

- a) Todas
- b) I e II
- c) Nenhuma
- d) II e III
- e) apenas III

08. Pede-se a construção de outros bem situados.

Na oração acima, a partícula 'se' é:

- a) Partícula apassivadora
- b) Índice de indeterminação do sujeito.
- c) Pronome reflexivo
- d) Parte integrante do verbo
- e) Partícula expletiva

09. Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico. Nós que nele vivemos; não nos apercebemos bem disso, e até, ao contrário, o supomos muito pobre...

No trecho acima, ocorre:

- a) metáfora
- b) símile
- c) antítese
- d) anacoluto
- e) metonímia

10. O doutor Xisto Beldroegas, funcionário respeitável do governo, acode logo...

No texto acima, as vírgulas foram empregadas:

- a) Para isolar expressão deslocada em relação à ordem direta.
- b) Para separar itens coordenados
- c) Para isolar uma expressão explicativa
- d) Para isolar uma oração subordinada explicativa
- e) Para indicar a elipse do verbo.

Texto II – para as questões de 11 a 20.

Pastel com recheio de vento que tudo leva

No supermercado, ao passar pela prateleira de frios, parei. Por segundos, fixei meu olhar naquela embalagem redonda que, desde a década de 1980, quando cheguei a este mundo, mantém a versão circular e simpática.

- *Tenho carne moída em casa e um pouco de batatinhas. Levo salsinha e pronto! Hoje, eu mesma vou fazer um **pastel frito!*** - pensei ali, diante de queijos, iogurtes e manteigas.

Já na paz do meu lar, na máxima possibilidade de um isolamento saudável, limpei a embalagem, higienizei as mãos e preparei a carne. Na panela: o azeite, a cebola picadinha e o alho clarearam até receber o ingrediente principal. Conforme eu mexia a colher, a carne fritava junto à batatinha, temperada por ervas, pimenta e um pouco de sal. Ao lado, na tábua de cortes, a salsinha aguardava, pacientemente, a sua vez. **Cozinhar é terapia**, mas também é lição de vida: **tudo, no seu tempo, tem a sua vez**. E era hora de cuidar da massa.

Com a mão em alicate, puxei a primeira rodela. Caprichei no recheio, molhei a ponta do dedo, circulei as extremidades com um pouco de água e selei com o garfo, marcando cada pastel com os seus risquinhos característicos.

O gesto banal me levou para infância. De repente, eu tinha oito anos de idade e, ansiosa diante de minha mãe, aguardava a comidinha saborosa. Meu irmão e eu nos intrometíamos no preparo pedindo para selar

o pastel e fechá-lo com o garfo, não por generosidade, mas por puro interesse em ver o petisco chegar à mesa o mais breve possível. Éramos a mãe e dois cozinheiros amadores, em uma **mesa vermelha**, de pés palitos e anéis dourados na base, daquelas tão comuns nos anos 80. Dali, os pastéis iam para o fogão para fritarem longe dos nossos olhares de crianças inquietas, enquanto o meu irmão caçula repousava em berço esplêndido.

Os pastéis foram comidos, a vida seguiu e, da **antiga cozinha** escarlate, só nos restou a **travessa Duralex** e um **bule de porcelana**, único sobrevivente de um jogo de chá que eu amava. Todo resto se modificou: nossas casas são outras, meus pais envelheceram, meus irmãos e eu nos tornamos adultos. Porém, **a memória é um afeto que desafia o tempo**, capaz de abrir um portal mágico sempre que escolhemos uma **receita dos tempos da infância**. No simples gesto de molhar os dedos e selar uma massa, no cheiro que exala de um café moído ou no ensopadinho de chuchu, a vida nos convida às lembranças, traz quem se foi, dá valor a quem ainda está aqui e mostra que, neste grande palco, o protagonista é sempre o cotidiano.

Costuramos nossas vidas no dia a dia, alinhavamos nossa colcha com as recordações do passado, mas ela só se estende, se aplicamos tecidos novos. A família cresceu, chegaram as cunhadas, a sobrinha e, em outros lugares desse mundo, saboreei diferentes pastéis. Alguns deliciosos, com recheios inusitados; outros, vazios e gordurosos. Tal como tem sido a vida, inconstante; mas que, ao contrário dos pastéis, é sempre recheada de um **vento que tudo leva**.

Cris Mendonça

11. No supermercado, ao passar pela prateleira de frios, parei.

No período acima, a oração 'ao passar pela prateleira de frios' tem valor de:

- a) consequência
- b) condição
- c) causa
- d) tempo
- e) comparação

12. ... que, desde a década de 1980, quando cheguei a este mundo, mantém a versão circular e simpática.

No primeiro parágrafo do texto, o termo sublinhado se refere a:

- a) olhar
- b) embalagem
- c) frios
- d) prateleira
- e) supermercado

13. Meu irmão e eu nos intrometíamos no preparo pedindo para selar o pastel e fechá-lo com o garfo, não por generosidade, mas por puro interesse em ver o petisco chegar à mesa o mais breve possível.

No período acima, se o termo sublinhado fosse substituído por qualquer um dos elementos a seguir, qual deles manteria o emprego do acento grave indicativo de crase?

- a) cada mesa
- b) qualquer mesa
- c) mesma mesa
- d) toda mesa
- e) uma mesa

14. Com a mão em alicate, puxei a primeira rodela.

Assinale a alternativa em que a vírgula foi empregada exatamente pelo mesmo motivo que na frase acima:

- a) Cozinhar é terapia, mas também é lição de vida
- b) Caprichei no recheio, molhei a ponta do dedo, circulei as extremidades com um pouco de água e selei com o garfo.
- c) Na panela: o azeite, a cebola picadinha e o alho clarearam até receber o ingrediente principal
- d) Conforme eu mexia a colher, a carne fritava junto à batatinha...
- e) Por segundos, fixei meu olhar naquela embalagem redonda...

15. Assinale a alternativa em que o QUE, no texto, se classifique

de forma distinta da das demais alternativas.

- a) Por segundos, fixei meu olhar naquela embalagem redonda que, desde a década de 1980, quando cheguei a este mundo, mantém a versão circular e simpática.
- b) único sobrevivente de um jogo de chá que eu amava.
- c) a memória é um afeto que desafia o tempo.
- d) a vida nos convida às lembranças, traz quem se foi, dá valor a quem ainda está aqui e mostra que, neste grande palco, o protagonista é sempre o cotidiano.
- e) é sempre recheada de um vento que tudo leva.

16. Meu irmão e eu nos intrometíamos no preparo pedindo para selar o pastel.

Sobre o período acima, assina a afirmativa incorreta:

- a) O sujeito do verbo 'intrometer' é classificado como composto.
- b) O verbo 'selar' está grafado corretamente e significa 'concluir', 'fechar'.
- c) Se o pronome átono 'nos' fosse deslocado para posição pós-verbal, seria provocada uma incorreção gramatical.
- d) O termo 'preparo' é um substantivo abstrato que deriva de um verbo.
- e) O verbo 'intrometíamos' está acentuado segundo a regra das proparoxítonas.

17. só nos restou a travessa Duralex e um bule de porcelana, único sobrevivente de um jogo de chá que eu amava.

Sobre a vírgula empregada no período acima, assinale a alternativa correta:

- a) Ela foi empregada para isolar o vocativo.
- b) Ela foi empregada para isolar expressão adverbial na ordem direta.
- c) Ela foi empregada para isolar um termo coordenado.
- d) Ela foi empregada para isolar o aposto explicativo.
- e) Ela foi empregada para isolar uma oração apositiva.

18. Segundo a leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- a) O ato de cozinhar remete à infância da autora, pois, nesse período, ela e o irmão tinham o hábito de cozinhar.
- b) Quando a autora usa a expressão ‘molhei a ponta do dedo’, ela faz uso de linguagem conotativa.
- c) Para o leitor compreender a expressão sublinhada na expressão a seguir ‘marcando cada pastel com os seus risquinhos característicos’, é necessário que ele tenha experiência com o ato de produzir os pastéis.
- d) Quando a autora utilizar a expressão ‘repousar em berço esplêndido’ em relação ao que o irmão fazia quando os pastéis eram fritos, é empregada a ironia.
- e) A expressão ‘travessa Duralex’ apresenta a metáfora como característica.

19. Com a mão em alicate, puxei a primeira rodela. Caprichei no recheio, molhei a ponta do dedo, circulei as extremidades com um pouco de água e selei com o garfo, marcando cada pastel com os seus risquinhos característicos.

O gesto banal me levou para infância. De repente, eu tinha oito anos de idade e, ansiosa diante de minha mãe, aguardava a comidinha saborosa.

Sobre o fragmento acima, julgue os itens.

- I. Ocorre sujeito elíptico em todos os casos.
- II. O termo ‘me’ exerce a função de objeto direto.
- III. O termo ‘ansiosa diante da minha mãe’ exerce a função sintática de adjunto adverbial.

Está (ão) correto (s):

- a) I
- b) I e III
- c) II
- d) II e III
- e) todos

20. Da expressão ‘Pastel com recheio de vento que tudo leva’, infere-se que:

- a) Assim como o pastel de vento, expressão popular que representa um pastel sem recheio, a vida é vazia, sem preenchimento.
- b) A vida é inconstante e é comparada a um pastel sem recheio.
- c) A vida é efêmera, e os recheios dos pastéis, na visão da autora, representam o conteúdo das diversas fases da nossa vida.
- d) A vida era bem melhor durante a infância.
- e) Os pasteis são as melhores lembranças da vida da autora.

Texto III – para as questões de **21 a 30**.

Brasil fabricará medicamentos a partir da biodiversidade do país

Para desenvolver a indústria farmacêutica do Brasil, nada melhor do que trabalhar com aquilo que temos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de diferentes enfermidades.

Em uma parceria inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) somou esforços com o Aché Laboratórios e a empresa Phytobios para encontrar moléculas de plantas que podem contribuir para remédios destinados às áreas de oncologia e dermatologia. O acordo foi assinado na última segunda-feira (11 de dezembro), durante um evento no auditório do CNPEM, em Campinas.

Com investimento planejado de R\$ 10 milhões, as primeiras expedições comandadas pela Phytobios já reuniram exemplares de diferentes espécies vegetais que serão analisados no Laboratório Nacional de Biociências (LNBio), que faz parte do CNPEM. “A expedição em busca das espécies é algo bastante complexo: temos de ter um cuidado enorme para não danificar o meio ambiente durante as coletas, além de preservar o material vegetal encontrado”, afirma Cristina Ropke, CEO da Phytobios. “Temos de coletar plantas na época em que elas estão floridas ou frutificadas para que um botânico especialista naquela família as identifique de maneira apropriada.”

À frente de projetos como o Sirius — maior projeto científico e tecnológico em desenvolvimento no Brasil — o CNPEM conta com equipamentos capazes de realizar a análise das moléculas e mapear suas potencialidades para o tratamento de enfermidades como o combate a diferentes tipos de câncer.

21. Para desenvolver a indústria farmacêutica do Brasil, nada melhor do que trabalhar com aquilo que temos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de diferentes enfermidades.

O período acima poderia ser reescrito, mantendo-se a correção e o sentido, da seguinte forma:

- a) Afim de desenvolver a indústria farmacêutica no Brasil, nada melhor que trabalhar com aquilo que temos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda têm milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de inúmeras enfermidades.
- b) A fim de desenvolver a indústria farmacêutica brasileira, nada melhor que trabalhar com aquilo que apresentamos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não registradas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de distintas enfermidades.
- c) A fim de que se desenvolvam a indústria farmacêutica do Brasil, nada melhor do que trabalhar com aquilo que possuímos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de diferentes enfermidades.
- d) Para desenvolver-se a indústria farmacêutica no Brasil, nada melhor que trabalhar com aquilo que temos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de diferentes enfermidades.
- e) Com o objetivo de desenvolver a indústria farmacêutica do Brasil, nada melhor do que trabalhar com aquilo que contamos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda têm milhares de espécies vegetais não catalogadas e que podem contribuir para a fabricação de medicamentos responsáveis pelo tratamento de diferentes enfermidades.

22. O uso do acento grave em “À frente de projetos como o Sirius — maior projeto científico e tecnológico em desenvolvimento no Brasil [...]” (4º§) é de uso obrigatório. Indique, a seguir, o fragmento em que o acento grave foi empregado corretamente.

- a) D A internet está entre as principais invenções que vieram à revolucionar o mundo.
- b) Atribui-se o desenvolvimento de tecnologias revolucionárias à pesquisa em laboratório.
- c) Os bondes não se mantiveram com à passagem do tempo.
- d) Nós proporcionamos à criação de uma infinidade de animais.
- e) Na casa do tio Otacílio, propuseram-se à criar filhos dos outros.

23. Em “ Em uma parceria inédita, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) somou esforços com o Aché Labora “ (2º§), o termo grifado possui a mesma

classificação sintática; além de expressar, semanticamente, o mesmo tipo de circunstância do destacado em:

- a) Existem soluções para o seu problema.
- b) Chegaram cedo os alunos.
- c) Ele é responsável pelas crianças.
- d) Ele é o autor do texto que li.
- e) Interessa tudo aos alunos.

24. ... nada melhor do que trabalhar com aquilo que temos de melhor: dono da maior fauna e flora do planeta, o país ainda tem milhares de espécies vegetais não catalogadas.

No período acima, poderia ser empregado após os dois pontos, a expressão:

- a) embora é
- b) porque é
- c) em virtude de ser
- d) por ser
- e) apesar de ser

25. mapear suas potencialidades para o tratamento de enfermidades como o combate a diferentes tipos de câncer.

A função do termo destacado acima é:

- a) sujeito
- b) predicativo do objeto
- c) aposto explicativo
- d) complemento nominal
- e) objeto indireto

26. “Temos de coletar plantas na época em que elas estão floridas ou frutificadas para que um botânico especialista naquela família as identifique de maneira apropriada.”

O termo destacado acima, pode ser substituído corretamente por:

- a) onde
- b) nas quais
- c) de que
- d) que
- e) quando

27. A expedição em busca das espécies é algo bastante complexo.

O termo destacado acima é:

- a) pronome indefinido
- b) pronome demonstrativo
- c) adjetivo
- d) substantivo
- e) advérbio

28. Assinale a opção em que o pronome oblíquo também pode, corretamente, ser posicionado após o verbo:

- a) Nunca se duvidou das suas palavras.
- b) Embora os candidatos se apresentem prontos, há sempre uma desconfiança.
- c) Eles se comprometerão com o sucesso do grupo.
- d) O seu maior sonho é casar-se com a namorada de infância.
- e) Agora se espera um maior comprometimento de sua parte.

29. De acordo com a leitura compreensiva do texto:

- a) O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e o Laboratório Aché já têm como tradição o trabalho conjunto.
- b) O autor do texto tece críticas sobre pesquisas que não têm compromisso com o meio ambiente.
- c) O texto tem caráter predominantemente descritivo.
- d) O valor financeiro empregado foi fundamental para a viabilização do projeto.
- e) Um empecilho para realização da pesquisa é a falta de equipamentos capazes de realizar a análise.

30. nada melhor do que trabalhar com aquilo que temos de melhor.

Sobre o termo destacado acima, assinale a correta:

- a) é uma conjunção integrante e introduz oração que tem valor substantivo.
- b) introduz oração subordinada que completa o sentido de um verbo.
- c) restringe o termo anterior e não tem função sintática.
- d) é um pronome relativo que exerce a função de sujeito.
- e) exerce a função de objeto direto e introduz oração subordinada adjetiva.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Géssica Ehle

31. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994, a posse ocorrerá

- a) no prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser tomada por procuração com amplos poderes
- b) no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de exoneração do servidor público
- c) somente nos casos de nos casos de nomeação para cargo de provimento efetivo ou em comissão e na readaptação
- d) poderá haver posse mediante procuração com poderes específicos para tal fim e só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e socialmente para o exercício do cargo
- e) mediante apresentação das declarações de bens e valores e a declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública ou privada

32. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí traz como formas de provimento, exceto

- a) nomeação
- b) promoção
- c) transferência
- d) disponibilidade
- e) aproveitamento

33. Sobre as formas de provimento previstas no Estatuto dos Servidores e suas disposições, é correto afirmar que

- a) a transferência é a elevação do servidor à classe imediatamente superior àquela a que pertence
- b) a transferência poderá se dar por permuta, a pedido das partes interessadas e observada a conveniência da administração
- c) aproveitamento é o reingresso no serviço público do servidor aposentado por invalidez
- d) a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado sem, contudo, contar com o ressarcimento de suas vantagens
- e) recondução é o retorno do servidor estável ao seu cargo de origem, em decorrência da aposentadoria do anterior ocupante

34. Acerca das licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos, é incorreto o que se afirma em

- a) não se concederá licença para tratar de interesses particulares ao servidor ocupante de cargo em comissão ou em estágio probatório
- b) a licença para tratamento de saúde será concedida mediante inspeção médica feita por médico do serviço oficial se for de até 15 (quinze) dias, ou por junta médica ser por prazo superior
- c) a licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida por até 90 (noventa) dias sem prejuízo da remuneração, podendo ser prorrogada por mais até 90 (noventa) dias, período em que restará o servidor sem remuneração
- d) servidor acidentado em serviço ou acometido de moléstia profissional será licenciado com remuneração integral
- e) servidor estável poderá solicitar licença para o trato de assuntos particulares, que quando concedida não poderá ultrapassar o pelo prazo de até 2(dois) anos consecutivos, sem remuneração

35. De acordo com o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 230/2017), sobre o ingresso e o desenvolvimento na carreira,

- a) o ingresso em qualquer das carreiras de provimento efetivo do Poder Judiciário dar-se-á na primeira referência do nível inicial, após aprovação em concurso público de provas e títulos, somente
- b) ao candidato inscrito em curso de formação fica assegurada uma bolsa no valor máximo de 100% (cem por cento) do vencimento do cargo efetivo, assegurado o direito de opção entre a remuneração do cargo ocupado e a bolsa para aqueles que forem servidores públicos do Estado
- c) o desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira se processa por progressão funcional ou por promoção, obedecidos, simultaneamente, os critérios de antiguidade e merecimento
- d) a progressão funcional é a elevação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível seguinte, observado o interstício mínimo de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo do resultado de avaliação de desempenho
- e) nas carreiras em que for exigida escolaridade de nível superior, a promoção para o último nível da carreira fica ainda condicionada à conclusão de pós-graduação *lato sensu* na respectiva área fim

36. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Resolução nº 02 de 12 de novembro 1987) é correto o que se afirma em

- I. Ao Tribunal Pleno compete processar e julgar originariamente as habilitações incidentes nas causas de sua competência.
- II. Cabe ao Tribunal Pleno processar e julgar os habeas datas e mandados de segurança contra ato do Governador e do Vice-Governador.
- III. Será de competência do Vice-Presidente substituir o Governador do Estado nas faltas, férias, licenças e impedimentos.

Dentre as assertivas está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) Todas as assertivas

37. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Resolução nº 02 de 12 de novembro 1987) trata que a competência para dar posse aos Desembargadores, Juízes e aos Servidores do Poder Judiciário é do (s)

- a) Tribunal Pleno
- b) Presidentes das Câmaras Reunidas
- c) Presidente do Tribunal
- d) Presidentes das Câmaras Especializadas
- e) Relatores

38. Sobre a realização das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, de acordo com o Regimento Interno no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí,

- a) Será de 30 (trinta) minutos o prazo máximo de tolerância para o início da sessão
- b) As sessões extraordinárias terão início à hora designada e serão encerradas quando cumprido o fim a que se destinarem, devendo ser convocadas com antecedência mínima de 24 horas
- c) O Plenário será reunido com a presença de 2/3 de seus membros, sendo dirigido pelo Presidente do Tribunal
- d) Na sessão de julgamento, depois da exposição da causa pelo relator, se o relatório não estiver disponibilizado no sistema eletrônico do Tribunal de Justiça, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente, ao recorrido, ou ao Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos para cada um, a fim de sustentarem as suas razões de direito e de fato
- e) As Câmaras Reunidas funcionarão com a presença de, pelo menos, três desembargadores, membros das Câmaras Especializadas respectivas

39. Nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 e suas alterações), é requisito para a criação de Comarca, exceto

- a) território de área superior a quarenta quilômetros quadrados
- b) serviços forenses, apurados na Comarca que tiver de sofrer desdobramento de no mínimo, sessenta (60) processos anuais, de qualquer natureza
- c) população mínima de dez mil habitantes no município, com, pelo menos, dois mil na sede
- d) prédios apropriados de domínio do Estado ou do Município para todas as necessidades dos serviços forenses
- e) dois mil eleitores regularmente inscritos

- 40.** São órgãos auxiliares do Poder Judiciário do Estado, de acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 e suas alterações):
- a) o Ministério Público, a Assistência Judiciária, os Advogados, os Provisionados e os Estagiários
 - b) os Advogados, os Provisionados e os Estagiários, os Serventuários dos Ofícios de Justiça
 - c) o Ministério Público, a Assistência Judiciária, os Advogados, os Provisionados e os Estagiários e a Escola Judiciária do Estado do Piauí – EJUD-PI
 - d) os Advogados, os Provisionados e os Estagiários, os Serventuários dos Ofícios de Justiça e a Auditoria Militar
 - e) os Funcionários da Justiça e a Escola Judiciária do Estado do Piauí – EJUD-PI

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

- 41.** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes, exceto:
- a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
 - b) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
 - c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
 - d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - e) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

- 42.** Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.
- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação condicionada às leis ordinárias e complementares elaboradas pelo Legislativo.
 - b) Os direitos e garantias expressos na Constituição são taxativos, não podendo o legislador inovar no ordenamento jurídico.
 - c) O Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, haja vista que representa violação à sua soberania.
 - d) São direitos sociais somente a educação, a saúde, a alimentação e o transporte.
 - e) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão se dará nos casos de improbidade administrativa, entre outras hipóteses constitucionais.

- 43.** NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Ministro de Estado da Defesa.
- d) Carreira Diplomática.
- e) Oficial das Forças Armadas.

- 44.** “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de ____ dias, e aprovada por _____ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) 10 – 1/2
- b) 10 – 2/3
- c) 15 – 1/2
- d) 15 – 2/3
- e) 10 – 3/5

45. Acerca da organização do estado, nos termos da Constituição, compete ao Município explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços públicos de:

- a) Transporte coletivo.
- b) Radiodifusão sonora.
- c) Portos fluviais e lacustres.
- d) Instalações de energia elétrica.
- e) Serviços de transporte ferroviário.

46. “O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal e compõe-se de _____ ministros.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8
- e) 9

47. Nos termos da Constituição da República, pode propor a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) o Prefeito.
- b) o Procurador-Geral de Justiça.
- c) qualquer partido político.
- d) a mesa da câmara legislativa do distrito federal.
- e) o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

48. Nos termos da Constituição, considerando que o município de Teresina/PI pretenda propor ação contra o Conselho Nacional de Justiça, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):

- a) Justiça Federal.
- b) Justiça comum.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.
- e) Tribunal Superior do Trabalho.

49. Nos termos da Constituição da República, considerando que tenha ocorrido um crime político, a competência para julgar o respectivo crime em grau de recurso é do:

- a) Tribunal Regional Federal respectivo.
- b) Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Juiz Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

50. De acordo com a Constituição da República, NÃO constitui ramo do Ministério Público da União:

- a) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) o Ministério Público do Trabalho.
- c) o Ministério Público Federal.
- d) o Ministério Público Eleitoral.
- e) o Ministério Público Militar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

51. Princípios básicos da Administração Pública são aqueles expressos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Acerca desses princípios, aponte a alternativa correta:

- a) Dentre os princípios expressos, apenas o da legalidade é hierarquicamente superior aos demais.
- b) Dependem de previsão sancionatória para possuírem força coercitiva, não havendo consequência direta pelo eventual descumprimento.
- c) O ato administrativo incompatível com padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé viola o princípio da moralidade.
- d) É por meio da autotutela que a Administração direta exerce o controle finalístico sobre entidades da Administração indireta.
- e) O princípio da publicidade é aplicável apenas em relação aos atos administrativos que produzam efeitos em face de terceiros.

52. O vínculo responsável pela coordenação e subordinação dos órgãos que compõem a estrutura de uma entidade administrativa, definindo as atribuições e competências de cada um, decorre do poder

- a) vinculado;
- b) normativo;
- c) hierárquico;
- d) disciplinar;
- e) regulamentar.

53. Nos termos da alínea “e”, parágrafo único, artigo 2º, da Lei nº 4.717/65 (Lei de Ação Popular), o desvio de poder ou finalidade ocorre quando

- a) o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) o agente público ultrapassa os limites da competência que lhe foi outorgada pela lei.
- c) a Administração Pública realiza a aplicação de multa além do valor estabelecido legalmente.
- d) o servidor público comete falta funcional prevista no estatuto dos servidores.
- e) a polícia judiciária realiza a prisão de algum cidadão criminoso.

54. Entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Público, criada por lei, para o exercício de funções administrativas típicas de Estado. Essa definição descreve uma

- a) empresa pública.
- b) organização social.
- c) autarquia.
- d) sociedade de economia mista.
- e) organização da sociedade civil de interesse público.

55. Sobre a anulação do ato administrativo, pode-se afirmar corretamente que

- a) opera efeitos ex nunc.
- b) apenas pode ser efetuada por órgão do Poder Judiciário.
- c) quando ocorrer, impede que o ato seja novamente editado.
- d) poderá ser efetuada diretamente pela Administração Pública, no exercício do poder de autotutela
- e) pressupõe que ocorreu o descumprimento da obrigação estabelecida no ato.

56. Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

- a) O Leilão, que é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, não exigirá registro cadastral prévio e terá fase de habilitação.
- b) O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.
- c) Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado poderão ser alocados como responsabilidade da Administração na matriz de riscos.
- d) Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso e, enquanto permanecer nessa situação, estende-se aos órgãos de controle externo.
- e) O prazo de duração dos contratos administrativos deverá estar previsto em edital, não se admitindo, portanto, contratos com prazo de vigência indeterminado.

57. Nos termos do artigo 98 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02), são “públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”.

- I. Os bens que integram o patrimônio das sociedades de economia mista são considerados bens públicos.
- II. Consideram-se afetados os bens públicos que têm destinação pública.
- III. Os bens públicos não podem ser penhorados para o pagamento de dívidas.

Assinale se:

- a) somente I e II são verdadeiras.
- b) somente I e III são verdadeiras.
- c) somente II e III são verdadeiras.
- d) todas são verdadeiras.
- e) nenhuma é verdadeira.

58. Em razão da prática de atos previstos na Lei 12.846/2013, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras, exceto:

- a) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;
- b) suspensão ou interdição parcial de suas atividades;
- c) dissolução compulsória da pessoa jurídica;
- d) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.
- e) suspensão de direitos políticos pelo prazo máximo de 14 anos.

59. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, sendo que a recusa do servidor em apresentá-la pode ensejar

- a) aplicação de advertência
- b) aplicação de demissão
- c) aplicação de suspensão
- d) aplicação de censura
- e) atraso no recebimento do salário

60. A lei nº 14.133/2021 estabelece que os contratos administrativos

- a) poderão ter como modalidade de garantia a caução em dinheiro, vedada a fiança bancária.
- b) não necessitam ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas para que possuam eficácia.
- c) poderão ser extintos pelo contratado, quando houver suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a dois meses.
- d) não poderão ser extintos por decisão arbitral, ainda que em decorrência de cláusula compromissória.
- e) poderão ser alterados unilateralmente pela administração quando houver modificação do projeto.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, sendo que esses dois atributos possuem caráter relativo.
- b) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo para depois da morte.
- c) Em caso de risco de vida, a pessoa pode ser constrangida a submeter-se a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.
- d) O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome.
- e) A vida privada da pessoa natural é inviolável, a menos que exerça função pública.

62. Com relação à interpretação dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua execução.
- c) A interpretação do negócio jurídico deve atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração.
- d) Deve-se interpretar o negócio jurídico no sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- e) Não podem as partes pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

63. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Violado o direito, nasce para o titular a ação, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos legais.
- b) Os prazos de prescrição não podem ser ampliados por acordo das partes, mas podem ser reduzidos.
- c) A exceção é imprescritível.
- d) A prescrição é interrompida contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra.
- e) É nula a renúncia à decadência fixada por lei.

64. Com relação às obrigações divisíveis e indivisíveis, assinale a alternativa correta.

- a) Havendo mais de um devedor em obrigação divisível, cada um pode ser responsabilizado pela dívida toda.
- b) Havendo dois ou mais devedores em obrigação indivisível, a cobrança deve ser efetuada contra todos conjuntamente.
- c) O co-devedor que, na obrigação indivisível, vier a pagar voluntariamente a dívida, não se sub-roga nos direitos do credor em relação aos outros.
- d) Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- e) Se um dos co-devedores for culpado pela resolução da obrigação indivisível em perdas e danos, todos responderão pelo valor arbitrado, cabendo aos não culpados ação de regresso contra aquele que deu causa.

65. Com relação ao adimplemento e extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Ocorre novação quando o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- b) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.
- c) A novação por substituição do devedor exige o consentimento deste.
- d) A novação não extingue os acessórios e garantias da dívida.
- e) Não podem ser objeto de novação as obrigações nulas, anuláveis ou extintas.

66. Com relação às espécies de contratos regulados pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O comodato é o empréstimo gratuito ou oneroso de coisas não fungíveis.
- b) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e o gozo da coisa emprestada.
- c) O mútuo transfere a posse da coisa emprestada ao mutuário, permanecendo a propriedade em poder do mutuante.
- d) Os riscos sobre a coisa correm por conta do mutuante, desde a tradição.
- e) Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será de um mês, pelo menos, se for de dinheiro.

67. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os empresários individuais respondem subjetivamente pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- b) Danos causados pelos educandos dentro do estabelecimento de ensino atraem a responsabilidade dos pais, mas não do educandário.
- c) A responsabilidade civil é independentemente da criminal, mas pode-se questionar sobre a existência do fato ou quem seja seu autor, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) Os autores respondem solidariamente com os co-autores.
- e) No caso de homicídio, o autor deve prestar alimentos às pessoas a quem o morto devia, estendendo-se a obrigação à maioria dos dependentes da vítima.

68. Com relação à propriedade, assinale a alternativa correta.

- a) A usucapião de coisa móvel consuma-se em 2 anos, se houver justo título e boa-fé.
- b) Quem se assenhorear de coisa sem dono para logo lhe adquire a propriedade.
- c) O depósito antigo de preciosas, oculto e de cujo dono não haja memória, pertence ao proprietário do prédio, caso venha a ser achado casualmente por terceiro.
- d) Ocorre constituto possessório quando o adquirente já está na posse da coisa, por ocasião do negócio jurídico.
- e) Ainda que o título de transferência seja um negócio jurídico nulo, a propriedade se transmite pela tradição.

69. Com relação ao casamento, e de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) É válido o casamento do adotado com o ex-cônjuge do adotante.
- b) Podem casar os colaterais em terceiro grau.
- c) Constitui causa suspensiva do casamento, de modo a impor o regime da separação de bens, o caso da viúva, ou da mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até 10 meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
- d) Pessoa com deficiência mental sob curatela não pode consumir matrimônio válido.
- e) É nulo o casamento dos menores de 16 anos.

70. Com relação à sucessão em geral, assinale a alternativa correta.

- a) A sucessão abre-se no local do óbito.
- b) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente à época da abertura do inventário.
- c) O direito à sucessão aberta que recai sobre coisas móveis pode ser objeto de cessão por escritura pública ou instrumento particular.
- d) É possível testar em favor do nascituro, mas não de filhos não concebidos de pessoas indicadas pelo testador.
- e) É lícita a deixa ao filho do concubino, quando também o for do testador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

71. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

72. O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.

73. Conforme rege o CPC, a citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, sendo que, após o recebimento, o citando deverá realizar a sua confirmação em até

- a) 3 dias.
- b) 3 dias úteis.
- c) 5 dias.
- d) 5 dias úteis.
- e) 2 dias úteis.

74. Considerando as disposições do CPC acerca das provas, assinale a alternativa incorreta

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- b) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

75. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

76. Considerando as regras pertinentes aos atos meramente ordinatórios, assinale a alternativa em consonância com as regras do Código de Processo Civil

- a) serão praticados mediante despacho.
- b) serão revistos pelo servidor, quando necessário.
- c) serão praticados pelo juiz, de ofício.
- d) serão praticados pelo servidor, de ofício.
- e) não abrangem a juntada e a vista obrigatória.

77. Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

78. Levando em consideração as disposições do CPC, julgue os seguintes itens que tratam da sistemática recursal

I – Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

II – O recurso pode ser interposto por qualquer das partes.

III – A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

Está correto apenas o apontado em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

79. Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta

- a) A assistência por advogado é obrigatória.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade.
- c) Compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados.
- d) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais
- e) Não é admissível a citação por edital.

80. Sobre a informatização do processo judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006 analise as seguintes assertivas:

- I. As citações, excetuadas as da Fazenda pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.
- II. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.
- III. Considera-se como data da publicação o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, caso este seja dia útil,

Está correto o afirmado em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) III, apenas
- e) II, apenas.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

81. Em relação às fontes do Direito Penal, de acordo com a doutrina moderna, assinale a assertiva que contém, respectivamente, uma fonte material, uma fonte formal imediata e uma fonte formal mediata do Direito Penal.

- a) Estados; leis; doutrina.
- b) União e Distrito Federal; Constituição Federal; jurisprudência.
- c) Estados; tratados internacionais; princípios.
- d) União; jurisprudência; doutrina.
- e) União; leis; princípios.

82. Para haver crime, a conduta humana deve colocar em risco ou lesar bens de terceiros, e é proibida a incriminação de atitudes que não excedam o âmbito do próprio autor. Tal afirmativa diz respeito ao princípio da:

- a) lesividade.
- b) alteridade.
- c) intranscendência da pena.
- d) fragmentariedade.
- e) individualização da pena.

83. Durante uma viagem internacional para a Espanha, Mévio, Presidente da República Federativa do Brasil, é atingido por três projéteis de arma de fogo, os quais foram disparados por Tício, italiano, maior e capaz, que tinha o intuito de matar o Presidente. Levando-se em conta a situação hipotética e as disposições do Código Penal que tratam sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que:

- a) será aplicada a lei penal brasileira de forma incondicionada em decorrência do princípio da proteção.
- b) será aplicada a lei penal italiana, pois prevalece a lei penal de onde ocorreu o crime em decorrência do princípio da territorialidade.
- c) será aplicada a lei penal brasileira, desde que Mévio entre em território brasileiro.
- d) será aplicada a lei penal argentina em decorrência do princípio da personalidade ativa.
- e) será aplicada a lei penal brasileira, apenas, se o crime for consumado o delito.

84. Assinale a alternativa que apresenta somente princípios fundamentais válidos para a resolução do conflito aparente de normas penais.

- a) Especialidade, fragmentariedade, alteridade e consunção.
- b) Exação, fragmentariedade, subsidiariedade e consunção.
- c) Especialidade, subsidiariedade, alternatividade e consunção.
- d) Legalidade, subsidiariedade, alteridade e fragmentariedade.
- e) Proporcionalidade, especialidade, alternatividade e consunção.

85. No que tange ao crime doloso e crime culposos, assinale a alternativa correta.

- a) Em regra, todos os crimes admitem a forma culposa ou dolosa, a depender da intenção do autor.
- b) O crime será culposos, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo ou quando deu causa ao resultado por imprudência e negligência.
- c) A culpa consciente ocorre quando o agente prevê o resultado, assumiu o risco e aceita o resultado.
- d) No crime doloso ocorre uma conduta voluntária, enquanto no crime culposos ocorrerá uma conduta involuntária do agente.
- e) Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

86. A respeito dos crimes contra a pessoa, considere os seguintes itens.

I- A pena do homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos é aumentada de 2/3 (dois terços) se o autor é ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.

II- Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob a influência de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

III- O homicídio será qualificado se praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.
- e) Apenas III.

87. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a realização de saques indevidos na conta corrente da vítima, sem o seu consentimento, seja por meio de clonagem de cartão e/ou senha, seja por meio de furto do cartão, seja via internet, configuram o delito de:

- a) furto simples.
- b) apropriação indébita.
- c) estelionato.
- d) falsidade ideológica.
- e) furto mediante fraude.

88. A conduta de praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro configura o crime de:

- a) assédio sexual.
- b) importunação sexual
- c) estupro simples.
- d) violação sexual mediante fraude.
- e) estupro qualificado.

89. Bento recebeu, de boa-fé, um papel de crédito público falsificado. Alguns dias depois, tomou conhecimento de que o referido documento era falsificado e decidiu restituí-lo a circulação. No caso hipotético, Bento praticou o crime de

- a) falsificação de papéis públicos, na forma privilegiada.
- b) uso de documento falso.
- c) falsificação de documento particular.
- d) falsidade ideológica.
- e) falsificação de documento público.

90. Joey, particular, solicitou a quantia de R\$10.000,00 de Ross a pretexto de influir em ato praticado por Chandler, Auditor Fiscal de Tributos de determinado município, no exercício da função. No entanto, Joey não conheceu Chandler e não possui qualquer influência sobre os atos deste. Chandler não tem conhecimento das intenções de Joey, o qual tinha o único objetivo de obter vantagem financeira com o seu discurso. De acordo com a situação hipotética, Joey praticou o delito de

- a) exploração de prestígio.
- b) estelionato.
- c) corrupção ativa.
- d) tráfico de influência.
- e) corrupção passiva.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

91. Bruna foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Victor, no dia 12.12.2021. Bruna descobriu a autoria delitiva em 18.01.2022, vindo a óbito em 25.08.2022, deixando uma filha, de nome Fernanda, e um avô, de nome Florindo. Em 29.08.2022, a filha da vítima procura um advogado para saber sobre a possibilidade de exercer o direito de queixa.

Nesse caso, o advogado deve esclarecer a ela que o direito de queixa:

- a) não passará a nenhum dos dois, estando extinta a punibilidade pela decadência.
- b) passará ao avô e à filha, com prioridade para esta.
- c) passará ao avô e à filha, com prioridade para o avô.
- d) passará apenas à filha da vítima.
- e) não passará a nenhum dos dois, estando extinta a punibilidade pela preempção.

92. Álvaro foi denunciado pelo MP-PI pela suposta prática do crime de extorsão simples. O Juízo da 01ª Vara Criminal de Teresina-PI recebeu a denúncia e determinou a citação do réu, no endereço fornecido na exordial acusatório. O Oficial de Justiça, porém, certificou que Álvaro se encontra atualmente em local incerto e não sabido, embora se saiba que reside na Dinamarca.

Nesse caso, Álvaro deverá ser citado:

- a) Por qualquer meio hábil
- b) Por edital
- c) Por carta rogatória
- d) Por hora certa
- e) Por carta precatória

93. Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não será cabível em caso de arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia.
- b) Em caso de negligência do querelante na condução da ação penal privada subsidiária, haverá preempção, gerando extinção da punibilidade.
- c) O MP poderá aditar a queixa-crime subsidiária, inclusive em relação a aspectos essenciais.
- d) deverá ser oferecida no prazo decadencial de 06 meses, a contar do esgotamento do prazo para o MP.
- e) A ação penal privada subsidiária da pública foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, havendo, inclusive, previsão expressa na Constituição.

94. O CPP brasileiro adotou, no que tange à aplicação da lei processual penal no tempo, o sistema:

- a) francês
- b) do isolamento das fases processuais
- c) franco-belga
- d) do isolamento dos atos processuais
- e) da equivalência temporal

95. O habeas corpus é remédio constitucional destinado à proteção da liberdade de locomoção, contra agressões ou ameaças a tal direito. Nos termos do CPP, é correto afirmar que o Habeas Corpus poderá ser impetrado:

- a) por qualquer pessoa jurídica, apenas
- b) por qualquer pessoa física, apenas, em seu favor ou de outrem
- c) pelo Ministério Público
- d) por qualquer pessoa física, em seu favor, apenas
- e) pelos Juízes e Tribunais

96. Flávia foi vítima do crime de extorsão praticado, em tese, por Ricardo. No curso do processo, o MP pleiteou, em alegações finais, a condenação. O Juízo, a seu turno, proferiu sentença absolutória, por falta de provas. Flávia pretende se habilitar como assistente. Nesse caso, é correto afirmar que Flávia:

- a) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, recebendo o processo no estado em que se encontrar, e poderá interpor recurso de apelação ainda que o MP já tenha interposto o recurso.
- b) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, recebendo o processo no estado em que se encontrar, e poderá interpor recurso de apelação caso o MP não o faça.
- c) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, devendo ser renovada a instrução.
- d) não poderá mais requerer sua habilitação como assistente de acusação, eis que já proferida sentença de mérito.
- e) em caso de indeferimento do pedido de habilitação, caberá recurso em sentido estrito.

97. José é servidor do TJ-PI e está lotado no Gabinete do Juiz da 02ª Vara Criminal da comarca da Capital. No exercício de sua função, José se depara com um processo criminal no qual seu amigo íntimo, Pedro, é réu; Nagib é desembargador do mesmo TJ-PI e foi sorteado como relator de um recurso de apelação interposto em processo criminal no qual Nagib, meses antes, já havia atuado como Juiz de primeira instância.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José é considerado suspeito, e Nagib está impedido de atuar.
- b) José e Nagib estão impedidos de atuar no referido processo.
- c) José e Nagib são considerados suspeitos.
- d) José é considerado impedido, e Nagib é suspeito.
- e) José e Nagib poderão atuar, não havendo suspeição ou impedimento.

98. José foi denunciado pelo MP-PI pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, o denunciado teria se passado por um vendedor de painéis para distrair a vítima e, então, conseguir subtrair seus pertences com mais facilidade. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa) e não o delito imputado (estelionato).

Nesse caso, é correto afirmar que há:

- a) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- b) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- c) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha de aplicar pena mais grave ao réu.
- d) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- e) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar José pelo crime de furto qualificado, eis que implicaria aplicação de pena mais severa que aquela referente ao crime imputado na denúncia.

99. José e Pedro, primários, eram investigados em determinado inquérito policial pela suposta prática do crime de furto qualificado (pena: reclusão, de 02 a 08 anos, e multa). No curso das investigações, a autoridade policial pugnou pela decretação da prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal. O Juízo, acolhendo a representação do delegado, decretou a prisão preventiva de José. Finalizado o inquérito policial, ambos foram denunciados pelo Ministério Público, que não requereu a decretação da prisão preventiva de Pedro. O Juiz recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de Pedro, para a garantia da ordem pública.

Nesse caso, é correto afirmar que o magistrado agiu:

- a) corretamente no que tange à prisão preventiva de ambos
- b) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que deve sempre haver manifestação do Ministério Público
- c) corretamente no que tange à prisão preventiva de José e incorretamente no que tange à prisão preventiva de Pedro
- d) incorretamente no que tange à prisão preventiva de José e corretamente no que tange à prisão preventiva de Pedro
- e) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que o crime em questão não admite prisão preventiva e os agentes não são reincidentes em crime doloso.

100. No curso de determinado processo criminal instaurado em desfavor de Márvio pela prática do crime de cárcere privado (pena: reclusão, de um a três anos), a defesa do réu requereu ao Juízo o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição. O requerimento formulado pela defesa, porém, foi indeferido pelo Juízo. Inconformada, a defesa de Márvio deverá:

- a) impetrar habeas corpus, por não haver recurso cabível na hipótese.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- d) interpor recurso de apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente, por se tratar de infração de menor potencial ofensivo.
- e) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-PI-03-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
